



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE LAGOS



PARTE I – ENQUADRAMENTO



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos

Parte I – Enquadramento

Câmara Municipal de Lagos

Data:

9 de novembro de 2022

EQUIPA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS	
Direção do projeto	
Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	Presidente da Câmara Municipal de Lagos
Coordenação	
Márcio Alexandre Alves Regino	Coordenador Municipal de Proteção Civil
Equipa técnica	
Filipe Miguel Rosado Landeiro	Assistente Técnico
Patrícia Alexandra Oliveira Pacheco	Técnica Superior

SEMPERVIRENS, Lda. ¹	
Direção do projeto	
António Sousa Macedo	Lic. Eng.º Florestal (UTAD)
Gestor do projeto	
Fernando Malha	Lic. Eng.º Geográfica (FC-UL)
Equipa técnica	
Cláudia Viliotis	Lic. Eng.º Florestal (UTAD); Mestre em Eng.º de Materiais Lenhocelulósicos (ISA-UTL)
João Morais	Lic. Planeamento e Gestão do Território (IGOT-UL)
Madalena Coutinho	Lic. Arquitetura Paisagista (U Évora)
Marta Francisco	Lic. Geografia e Planeamento Regional (FCSH-UNL)
Rita Crespo	Lic. Biologia – Recursos Faunísticos e Ambiente (FC-UL)

¹ Detentora da marca e logotipo METACORTEX.

ÍNDICE

Índice de Tabelas	ii
Índice de Figuras.....	ii
Lista de Acrónimos.....	iii
Referências Legislativas	1
Legislação Estruturante.....	1
Legislação Técnico-Operacional	2
Legislação Concorrente.....	3
Legislação Aplicável à Autarquia	3
Legislação Aplicável aos Agentes de Proteção Civil e Entidades de Apoio.....	5
Legislação relativa aos Riscos.....	8
Legislação diversa e Outros Normativos.....	15
Registo de Atualizações e Exercícios.....	19
PARTE I – ENQUADRAMENTO	
1. Introdução	25
2. Finalidade e Objetivos.....	31
3. Tipificação dos Riscos.....	33
4. Critérios para a Ativação	35
4.1 Competência para a ativação do plano.....	35
4.2 Critérios para a ativação do plano.....	38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Registo de atualizações do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos.....	20
Tabela 2. Registo de exercícios do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos.....	21
Tabela 3. Articulação do PMEPCl com os Instrumentos de Gestão Territorial	28
Tabela 4. Hierarquização dos riscos no concelho de Lagos.....	34

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento geográfico do concelho de Lagos	26
Figura 2. Riscos de origem natural, tecnológica e mista que podem afetar o concelho de Lagos	33

LISTA DE ACRÓNIMOS

- AIA** – AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL
- ANAC** – AUTORIDADE NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
- ANEPC** – AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL
- ANPC** – AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL (ATUALMENTE ANECP)
- CACSD** – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NAS DISCOTECAS E ESTABELECIMENTOS DE DIVERSÃO NOTURNA AFINS
- CAGER** – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DE RESÍDUOS
- CDOS** – COMANDO DISTRIAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO
- CML** – CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS
- CMPC** – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL
- CNPC** – COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL
- COM** – COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL
- CoordMPC** – COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL
- CPX** – COMAND POST EXERCISE
- CVP** – CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- DECIR** – DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS
- DGT** – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO
- DIPE** – DISPOSITIVO DE PREVENÇÃO ESTRUTURAL
- DIRACAERO** – DISPOSITIVO INTEGRADO DE RESPOSTA ACIDENTES COM AERONAVES
- ESF** – EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS
- EURATOM** – COMUNIDADE EUROPEIA DE ENERGIA ATÓMICA
- FEB** – FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS
- GNR** – GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
- INAC** – INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
- LBPPSOTU** – LEI DE BASES GERAIS DA POLÍTICA PÚBLICA DE SOLOS, DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO

- LGTFP** – LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS
- LivEx** – LIVE EXERCISE
- NEP** – NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTES
- NOP** – NORMAS OPERACIONAIS PERMANENTES
- NRBQ** – DISPOSITIVO INTEGRADO DE OPERAÇÕES-NUCLEAR, RADIOLÓGICO, BIOLÓGICO E QUÍMICO
- NUTS** – NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS
- OVPC** – ORGANIZAÇÕES DE VOLUNTARIADO DE PROTEÇÃO CIVIL
- PANCD** – PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO
 - PDM** – PLANO DIRETOR MUNICIPAL
- PGRH** – PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA
- PGRI** – PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES
- PIMDFCI** – PLANO INTER-MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
- PMDFCI** – PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
- PMEPC** – PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL
- PMEPCL** – PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE LAGOS
- PNDFCI** – PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
- POOC** – PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA
- PROF** – PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL
- PROT** – PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
- RDFCI** – REDES REGIONAIS DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
- REAI** – REGIME DE EXERCÍCIOS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL
- REN** – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL
- RGIT** – REGIME GERAL PARA AS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS
- RJ-SCIE** – REGIME JURÍDICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS
 - RSB** – REGULAMENTO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS
- RT-SCIE** – REGULAMENTO TÉCNICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS
- SAM** – SISTEMA DE AUTORIDADE MARÍTIMA

- SCIE** – SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS
- SGO** – SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES
- SIOPS** – SISTEMA INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO E SOCORRO
- SIRER** – SISTEMA INTEGRADO DE REGISTO ELETRÓNICO DE RESÍDUOS
- SIRESP** – SISTEMA INTEGRADO DAS REDES DE EMERGÊNCIA E SEGURANÇA DE PORTUGAL
- SMPC** – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL
- ZAC** – ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

A elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos (PMEPCL), assim como a sua execução, encontram-se regulamentados por legislação diversa, que vai desde a organização da atividade das entidades com responsabilidades no âmbito de proteção civil, passando pelas normas a seguir na elaboração do Plano, até à legislação relativa à segurança de diferentes tipos de infraestruturas. Neste capítulo, sem ter a intenção de ser exaustivo, encontra-se uma listagem dos diplomas legais relevantes para o PMEPC e outros de âmbito informativo, com aplicação ou não no município, mas considerados igualmente importantes. A legislação encontra-se organizada sectorialmente e, dentro desta, por ordem cronológica, da mais atual para a mais antiga e com a devida identificação.

Legislação Estruturante

LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE DE PROTEÇÃO CIVIL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, 11 de julho - Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030

Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril – Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) (alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2020, de 21 de julho e pela Lei n.º 9/2021, de 3 de março).

Despacho n.º 14688/2014, de 25 de novembro do Presidente da ANPC - Define as unidades orgânicas flexíveis da ANPC, suas competências e atribuições (alterado e republicado pelo Despacho n.º 1553/2015, de 13 de janeiro).

Portaria n.º 224-A/2014 de 4 de novembro - Determina a estrutura nuclear e as competências das unidades orgânicas da ANPC.

Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio - Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio e revogado pelo Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 38.º do referido Decreto-Lei).

Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro - Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna (alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 161-A/2013, de 2 de dezembro, n.º 112/2014, de 11 de julho e n.º 163/2014, de 31 de outubro).

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto - Aprova a Lei de Segurança Interna (retificada pela Declaração de Retificação n.º 66-A/2008, de 28 de outubro e alterada pelas Leis n.º 59/2015, de 24 de junho e n.º 49/2017, de 24 de maio).

Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro – Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal (alterada pelos Decretos-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e n.º 44/2019, de 1 de abril).

LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE DE PROTEÇÃO CIVIL

Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho – Cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio).

Lei n.º 27/2006, de 3 de julho – Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil (alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto).

Legislação Técnico-Operacional

LEGISLAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Despacho n.º 5283/2021, de 26 de maio – Definição das cinco células operacionais do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil

Despacho n.º 11198/2020, de 13 de novembro - Condições de instalação e funcionamento dos comandos regionais de emergência e proteção civil.

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio – Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil.

Despacho n.º 3551/2015, de 9 de abril - Proceda à regulamentação e definição do desenvolvimento do Sistema de Gestão de Operações (SGO), no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), (revisto pelo Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril).

Despacho n.º 891/2014, de 21 de janeiro – Estabelece as normas de funcionamento da Comissão Distrital de Proteção Civil de Faro

Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 344/2008, de 17 de outubro – Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional.

Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho - Conta de Emergência, que permite adotar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade pública (alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro).

Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo (com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 399/99, de 14 de outubro).

Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo (retificado pela Declaração de Rectificação n.º 3/94, de 31 de janeiro, e alterado pelo Decreto-lei n.º 399/99, de 14 de outubro).

Lei n.º 44/86, de 30 de setembro – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência (com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio).

Legislação Concorrente

LEGISLAÇÃO CONCORRENTE

Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro - Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.

Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro - Transferência de competências dos governos civis para outras entidades da Administração Pública, no âmbito da competência legislativa do Governo, regula a liquidação do património dos governos civis e define o regime legal aplicável aos seus funcionários.

Legislação Aplicável à Autarquia

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À AUTARQUIA

Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil.

Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro - Aprova do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF) (retificado pela Declaração de Retificação n.º 12/2019, de 12 de abril).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro - Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8) (retificado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro - Aprova o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Guadiana (RH7) (retificado pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2016, de 18 de novembro).

Aviso n.º 9904/2015, de 31 de agosto – Aprova o PDM de Lagos.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico (retificada pela Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e pela Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro e alterada pelas Leis n.º 25/2015, de 30 de março, n.º 69/2015, de 16 de julho, n.º 7-A/2016, de 30 de março, n.º 42/2016, de 28 de dezembro, n.º 50/2018, de 16 de agosto e 66/2020, de 4 de novembro).

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro, alterada pelas Leis n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, n.º 69/2015, de 16 de julho, n.º 132/2015, de 4 de setembro, n.º 7-A/2016, de 30 de março, retificada pela Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio e alterada pelas Leis n.º 42/2016, de 28 de dezembro, n.º 114/2017, de 29 de dezembro e n.º 51/2018, de 16 de agosto, retificada pela Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro e alterada pelas Leis n.º 71/2018, de 31 de dezembro, n.º 2/2020, de 31 de março e n.º 66/2020, de 4 de novembro).

Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro - Estabelece o regime de concessão de auxílios financeiros às autarquias locais, em situação de declaração de calamidade e cria, no âmbito da gestão dos auxílios financeiros, o Fundo de

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À AUTARQUIA

Emergência Municipal (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro).

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos (retificado por Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelos Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelos Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, retificado pela Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio).

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas e altera o Estatuto do Ministério Público (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho).

Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro – Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil (SMPC) e determina as competências do comandante operacional municipal (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, que transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública, liquida o património dos governos civis e define o regime legal aplicável aos respetivos funcionários e Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 3 de agosto – Aprova a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (com as retificações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 85-C/2007, de 2 de outubro e as alterações inseridas através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2007, de 28 de dezembro).

Despacho n.º 14254-A/2007, de 27 de junho - Aprova o Regulamento do Programa de Aquisição de Equipamento de Primeira Intervenção no Combate aos Incêndios Florestais.

Resolução de Conselho de Ministro n.º 71/2001, de 12 de junho – Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Águas Públicas da Bravura

Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto - Aprova a Lei da Estabilidade Orçamental. Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, a Lei de Finanças Locais e a Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Lei n.º 15/2001, de 5 de junho - Reforça as garantias do contribuinte e a simplificação processual, reformula a organização judiciária tributária e estabelece um novo Regime Geral para as Infrações Tributárias (RGIT) (com diversas alterações, sendo a sua 33ª alteração, a mais recente, efetuada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/99, de 27 de abril – Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura (POOC)

Lei n.º 33/98, de 18 de julho - Criação dos Conselhos Municipais de Segurança (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto).

Lei n.º 18/91, de 12 junho – Altera o regime de atribuições das autarquias locais e das competências dos respetivos órgãos.

Decreto-Lei n.º 363/88, de 14 de outubro - Disciplina a concessão de auxílio financeiro do Estado às autarquias locais.

Legislação Aplicável aos Agentes de Proteção Civil e Entidades de Apoio

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL E ENTIDADES DE APOIO

CORPOS DE BOMBEIROS

Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil n.º 19734/2009, de 28 de agosto – Regulamento da organização e funcionamento da Força Especial de Bombeiros Canarinhos (FEB) (alterado e republicado pelo Despacho da Autoridade Nacional de Proteção Civil n.º 8566/2016, de 1 de julho).

Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente (com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro).

Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto).

Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho - Define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território continental (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro e Declaração de Retificação n.º 4/2013, de 18 de janeiro).

Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho - Define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto; Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, retificado pela Retificação n.º 4-A/2013, de 18 de janeiro, alterado pela Lei n.º 38/2017, de 2 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril).

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho – Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana.

Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro - Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (retificada pela Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro).

Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana (alterada pelos Decretos-Lei n.º 114/2018, de 18 de dezembro e n.º 113/2018, de 18 de dezembro).

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto - Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública.

FORÇAS ARMADAS

Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro - Aprova a Lei Orgânica da Força Aérea.

Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro - Aprova a Lei Orgânica do Exército.

Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro - Aprova a Lei Orgânica da Marinha.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL E ENTIDADES DE APOIO

Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro - Aprova a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho – Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro).

AUTORIDADE MARÍTIMA

Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março - Estabelece, no âmbito do Sistema da Autoridade Marítima (SAM), as atribuições, a estrutura e a organização da Autoridade Marítima Nacional, criando no seu âmbito a Direcção-Geral da Autoridade Marítima, e dispõe sobre as respetivas, competências, departamentos, funcionamento e pessoal (com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 121/2014, de 7 de agosto).

Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março - Cria o Sistema da Autoridade Marítima (SAM) definindo a sua organização e atribuições e cria igualmente a Autoridade Marítima Nacional, estrutura superior de administração e coordenação dos órgãos e serviços que, integrados na Marinha, possuem competências ou desenvolvem ações enquadradas no SAM (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 263/2009, de 28 de setembro).

AUTORIDADE AERONÁUTICA

Decreto-Lei n.º 40/2015, de 16 de março - Aprova os estatutos da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), anteriormente designado Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (INAC, I. P.), e altera a Lei Orgânica do Ministério da Economia.

Lei n.º 28/2013, de 12 de abril - Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional.

AUTORIDADE DE SAÚDE

Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P. (com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto, e n.º 173/2014, de 19 de novembro).

Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril - Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro).

INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA (INEM)

Decreto-Lei n.º 34/2012, de 14 de fevereiro - Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (CVP)

Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto - Aprova o regime jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e os respetivos Estatutos.

SAPADORES FLORESTAIS

Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro – Estabelece o Regime Jurídico aplicável às Equipas de Sapadores Florestais (ESF) (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 44/2020, de 22 de julho)

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL E ENTIDADES DE APOIO

Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de maio – Estabelece o Regime Jurídico aplicável à criação e das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade.

OUTRAS ENTIDADES DE APOIO

Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto – Aprova o estatuto do Ministério Público

Resolução do conselho de Ministros n.º 84/2019, de 27 de maio – Ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Lagos, de 28 de novembro de 2018, que aprova a criação e instituição do Corpo de Polícia Municipal.

Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março – Aprova a estrutura orgânica no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Portaria n.º 91/2017, de 2 de março – Define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das organizações de voluntariado de proteção civil (OVPC).

Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio - Fusão entre a Rede Ferroviária Nacional -REFER, E. P. E. (REFER, E. P. E.) e a EP — Estradas de Portugal, S. A. (EP, S. A.), com o objetivo de criar uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal.

Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto – Aprova a orgânica da Direção-Geral de Energia e Geologia (com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 33/2016, de 28 de junho e 68/2018, de 27 de agosto).

Lei 34/2013, de 16 de maio – Estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada e procede à primeira alteração à Lei n. 49/2008, de 27 de agosto (Lei de organização da investigação criminal) (alterada pela Lei n.º 46/2019, de 8 de julho).

Decreto-Lei 266-F/2012, de 31 de dezembro – Aprova a orgânica da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro – Aprova a orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro – Aprova a orgânica do Instituto de Mobilidade e dos Transportes, I.P. (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 77/2014, de 14 de maio, e alterado pelos Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio e 79/2016, de 23 de novembro).

Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro – Aprova a orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 68/2014, de 8 de maio, n.º 24/2015, de 6 de fevereiro, n.º 27/2020, de 17 de junho, retificado pela Retificação n.º 24/2020, de 26 de junho e alterado pela Lei n.º 37/2020, de 17 de agosto).

Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho – Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (retificada pela Retificação n.º 54/2012, de 28 de setembro).

Decreto-Lei 148/2012, de 12 de julho – Aprova a orgânica do Instituto dos Registos e Notariado.

Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril – Aprova a orgânica das Direções Regionais de Agricultura e Pescas.

Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março – Aprova a orgânica do Instituto de Segurança Social (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 167/2013, de 30 de dezembro).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL E ENTIDADES DE APOIO

Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 de março – Aprova a orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 236/2015, de 14 de outubro).

Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março – Aprova a orgânica da Direção Geral da Alimentação e Veterinária (com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, n.º 171/2014, de 10 de novembro e n.º 68/2015, de 29 de abril).

Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março – Aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente (com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 55/2016, de 26 de agosto, n.º 108/2018, de 03 de dezembro e n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro).

Decreto-Lei n.º 39/2012, de 16 de fevereiro – Aprova a orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto).

Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto – Lei Orgânica da Polícia Judiciária (com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 26/2010, de 30 de agosto e n.º 103/2015, de 24 de agosto e pelos Decretos-Lei n.º 81/2016, de 28 de novembro e n.º 137/2019, de 13 de setembro).

Legislação relativa aos Riscos

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS
CHEIAS E INUNDAÇÕES

Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Diretiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro.

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto - Estabelece o novo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN). Indica a obrigatoriedade de se definir “Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC)” (retificado pela Rectificação n.º 63-B/2008, de 21 de outubro e alterado pelos Decretos-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, n.º 96/2013, de 19 de julho e n.º 80/2015, de 14 de maio).

Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro – Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos.

Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio - Estabelece o regime de utilização dos recursos hídricos (com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 391-A/2007, de 21 de dezembro, n.º 93/2008, de 4 de junho, n.º 107/2009, de 15 de maio, n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 82/2010, de 2 de julho e pelas Leis n.º 44/2012, de 29 de agosto e n.º 12/2018, de 2 de março).

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas (retificado pela Rectificação n.º 11-A/2006, de 23 de fevereiro, alterado pelo Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 60/2012, de 14 de março, n.º 130/2012, de 22 de junho e pelas Leis n.º 42/2016, de 28 de dezembro e n.º 44/2017, de 19 de junho).

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS

Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro - Estabelece a titularidade dos recursos hídricos (retificado pela Rectificação n.º 4/2006, de 11 de janeiro e alterado pelas Leis n.º 78/2013, de 21 de novembro, n.º 34/2014 de 19 de junho e 31/2016, de 23 de agosto).

Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro - Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.

SECAS E DESERTIFICAÇÃO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro - Aprova o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), decorrente da primeira revisão e atualização do PANCD aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 março - Aprova medidas urgentes tendo em conta a atual situação de seca e cria a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2005, de 19 de abril - Aprova o Programa de Acompanhamento e Mitigação dos Efeitos da Seca 2005.

RADIOATIVIDADE NATURAL

Decreto-Lei n.º 222/2008, de 17 de novembro - Fixa as normas de segurança de base relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.

Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de julho - Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, "Intervenção", da Diretiva n.º 96/29/EURATOM.

Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17 de julho - Estabelece as competências dos organismos intervenientes na área da proteção contra radiações ionizantes, bem como os princípios gerais de proteção (com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 215/2008, de 10 de novembro e n.º 156/2013, de 5 de novembro).

Recomendação da Comissão 90/143/EURATOM, de 21 de fevereiro - Proteção da população contra a exposição interior ao radão.

ACIDENTES INDUSTRIAIS E SUBSTÂNCIAS/MERCADORIAS PERIGOSAS

Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto - Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas

Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março - Proceda à alteração (primeira alteração) do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, transpondo para a ordem jurídica interna o artigo 30.º da Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, no sentido de conformar a parte 1 do anexo I daquele diploma com a referida Diretiva.

Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto - Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema (alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio).

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS

Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril – Aprova o regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de novembro, e a Diretiva n.º 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro (com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei 206-A/2012, de 31 de agosto, Decreto-Lei 19-A/2014, de 7 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 246-A/2015, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 24-B/2020, de 08 de junho).

Decreto-Lei n.º 198/2009, de 26 de agosto – Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/117/EURATOM, do Conselho, de 20 de novembro, relativa à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos radioativos e de combustível irradiado (revoga o Decreto-Lei n.º 138/96, de 14 de agosto).

Decreto-Lei n.º 72/2009, de 31 de março – Estabelece o regime jurídico de instalação e exploração das áreas de localização empresarial (revoga o Decreto-Lei n.º 70/2003 de 10 de abril).

Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro - Estabelece o regime de exercício da atividade industrial (REAL) (retificado pela Declaração de Retificação n.º 77-A/2008, de 26 de dezembro e pela Declaração de Retificação n.º 15/2009, de 10 de fevereiro)..

Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de julho - Relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/2011, de 10 de janeiro).

Portaria n.º 966/2007, de 22 de agosto - Aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador do sistema de gestão de segurança de estabelecimentos de nível superior de perigosidade.

Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro - Regula os pedidos de licenciamento de combustíveis (com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro).

Portaria n.º 473/2003, de 11 de junho - Define os termos de apresentação dos pedidos de instalação ou de alteração dos estabelecimentos industriais (revoga a Portaria n.º 314/94, de 24 de maio).

Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro - Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis (com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro, n.º 31/2008, de 25 de fevereiro, n.º 195/2008, de 6 de outubro e 217/2012, de 9 de outubro).

COLAPSO DE ESTRUTURAS (TÚNEIS, PONTES, DIQUES, VIADUTOS, RUTURA DE BARRAGENS, EDIFÍCIOS)

Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro – Regulamento de Segurança de Barragens (RSB), (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março).

Portaria n.º 847/93, de 10 de setembro – Normas de observação e inspeção de barragens.

Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio – Aprova o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes.

INCÊNDIOS URBANOS

Portaria n.º 773/2009, de 21 de julho – Procedimento de Registo, na Autoridade Nacional de Proteção Civil, das Entidades que exerçam a atividade de Comercialização, Instalação e ou Manutenção de Produtos e Equipamentos de Segurança Contra Incêndio em Edifícios.

Portaria n.º 610/2009, de 8 de junho – Regulamenta o funcionamento do sistema informático previsto no n.º 2 do artigo

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS

32.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro.

Portaria n.º 64/2009, de 22 de janeiro - Estabelece o regime de credenciação de entidades pela ANPC para a emissão de pareceres, realização de vistorias e de inspeções das condições de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE).

Despacho n.º 2074/2009, de 15 de janeiro, do Presidente da ANPC, conforme previsto no n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro - Critérios técnicos para determinação da densidade de carga de incêndio modificada.

Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro - Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE) (alterada pela Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho).

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro - Estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RJ-SCIE) (alterado pelo Decreto-lei n.º 224/2015, de 9 de outubro).

Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 março - Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (com as alterações introduzidas Decretos-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro, n.º 15/2014, de 23 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º 19/2014, de 24 de março), n.º 186/2015, de 3 de setembro e n.º 80/2017, de 30 de junho).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2001, de 10 agosto - Cria a Comissão de Acompanhamento Permanente das Condições de Segurança nas Discotecas e Estabelecimentos de Diversão Noturna Afins (CACSD).

Portaria n.º 1372/2001, de 24 de julho - Aprova as medidas de segurança contra riscos de incêndio a observar nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços com área inferior a 300 m².

Decreto Regulamentar n.º 10/2001, de 7 junho - Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios.

INCÊNDIOS RURAIS

Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho - Altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023

Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento.

Despacho n.º 7055/2021, de 16 de julho - Concede a autorização de utilização de câmaras de videovigilância portáteis, instaladas em sistemas de aeronaves não tripuladas, para proteção florestal e deteção de incêndios florestais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021 de 8 de junho - Aprova o Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2021, de 22 de março - Aprova o Projeto de Promoção da Cogestão em Áreas Protegidas de Âmbito Nacional.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2021, de 22 de março - Aprova a aquisição e locação dos meios aéreos pelo Estado para o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais para o período de 2023 a 2026.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2021, de 22 de março - Aprova o Plano de Investimentos para os Territórios Florestais sob Gestão do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., e autoriza a respetiva despesa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março - Aprova os projetos-piloto no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2021, de 22 de março - Procede à reforma do modelo de ensino e formação em proteção civil e promove a elaboração do Plano Nacional de Qualificação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2021 - Cria o «Prémio Nacional das Florestas».

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho de 2020 - Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro – Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL) retificado pela Declaração de Retificação n.º 16/2019, de 4 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro - Clarifica os condicionalismos à edificação e adapta as normas relativas a queimadas e queimas de sobrantes, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.os 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, 83/2014, de 23 de maio, e 10/2018, de 14 de fevereiro, e pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

Decreto-Lei n.º 12/2019, de 21 de janeiro – Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, alterado pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2019, de 21 de janeiro – Aprova os projetos de prevenção estrutural contra incêndios, de restauro, conservação e valorização de habitats naturais e de educação ambiental em diversas áreas protegidas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro – Aprova a visão, objetivos e medidas de concretização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro – Clarifica os critérios aplicáveis à gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, procedendo à quinta alteração ao decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.os 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, e 83/2014, de 23 de maio, e pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018, de 1 de março – Aprova a Diretiva Única de Prevenção e Combate.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 21 de outubro – Reformula os princípios do sistema de defesa da floresta contra incêndios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2017, de 8 de maio – Aprova o Programa Nacional de Fogo Controlado.

Despacho n.º 7511/2014, de 18 de maio - Homologa o Regulamento do Fogo Técnico.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS

Despacho n.º 5802/2014, de 2 de maio – Homologa o Regulamento das especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios relativas a equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.

Despacho n.º 5712/2014, de 30 de abril - Homologa o Regulamento das normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro, construção e manutenção da rede viária florestal, infraestruturas integrantes das redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

Despacho n.º 5711/2014, de 30 de abril - Homologa o Regulamento das normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro, construção e manutenção dos pontos de água, infraestruturas integrantes das redes de defesa da floresta contra incêndios.

Despacho n.º 4345/2012, de 15 de março - Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), atualizado pelo Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro.

Lei n.º 20/2009, de 12 de maio - Estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.

Portaria n.º 35/2009, de 16 de janeiro - Aprova o regulamento de organização e funcionamento do dispositivo de prevenção estrutural (DIPE).

Portaria n.º 133/2007, de 26 de janeiro – Define as normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro e construção dos pontos de água, integrantes das redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

Portaria n.º 1140/2006, de 25 de outubro – Define as especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios a observar na instalação e funcionamento de equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.

Portaria n.º 1139/2006, de 25 de outubro - Estabelece as condições a que devem obedecer os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho – Estabelece as medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, retificado pela Retificação n.º 27/2017, de 2 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio – Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

Lei n.º 12/2006, de 4 de abril - Autoriza o Governo a legislar sobre o regime das infrações das normas estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Resolução da Assembleia da República n.º 56/2005, de 7 de outubro - Criação de uma comissão eventual de acompanhamento e avaliação das medidas para a prevenção, vigilância e combate aos fogos florestais e de reestruturação do ordenamento florestal.

Portaria n.º 1061/2004, de 21 de agosto - Estabelece o Regulamento do Fogo Controlado, bem como define os requisitos dos técnicos habilitados a planear e a exercer a técnica de uso do fogo.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS

Portaria n.º 1056/2004, de 19 de agosto – Define o conjunto de manchas, designadas por zonas críticas.

Portaria n.º 341/90, de 7 de maio - Aprova as normas regulamentares anexas sobre prevenção, detenção e combate dos fogos florestais. Cria a Rede Nacional de Postos de Vigia e as brigadas móveis de fiscalização, prevenção e vigilância.

DEGRADAÇÃO E CONTAMINAÇÃO DE SOLOS

Lei n.º 19/2014, de 14 de abril – Define as bases da política de ambiente

Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto - Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição), retificado pela Retificação n.º 45-A/2013, de 29 de outubro.

Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho – Aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária e altera os Decretos-Leis n.º 202/2004, de 18 de agosto, e n.º 142/2006, de 27 de julho (retificado pela Retificação n.º 31/2013, de 24 de julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro).

Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de outubro - Estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, de forma a evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, promovendo a sua correta utilização.

Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho - Estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das atividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos.

Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março - Aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro).

Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro - Estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração.

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto – Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (retificado pela Rectificação n.º 63-B/2008, de 21 de outubro e alterado pelos Decretos-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, n.º 96/2013, de 19 de julho, n.º 80/2015, de 14 de maio e n.º 124/2019, de 28 de agosto).

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho - Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente.

Despacho n.º 8277/2007, de 2 de março - Aprova a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais.

Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro - Aprova o regime geral da gestão de resíduos. Cria o Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), estabelecendo o seu funcionamento, bem como a Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER), à qual define as suas competências (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto e n.º 73/2011, de 17 de junho, pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio e n.º 103/2015

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS

de 15 de junho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pelo Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro).

Legislação diversa e Outros Normativos

LEGISLAÇÃO DIVERSA

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR DE PROTEÇÃO CIVIL

Decreto-Lei n.º 81-A/2019, de 17 de junho – Procede à reorganização institucional do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal

Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho – Lei de Defesa Nacional (com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto).

Decreto Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro – Articulação, nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia.

Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro – Equipas de Intervenção Permanente (com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2007, de 12 de outubro – Aprova as opções fundamentais da reorganização do modelo de funcionamento do número único de emergência 112.

Despacho do Secretário de Estado da Proteção Civil n.º 22396/2007, de 26 de setembro – Força Especial de Bombeiros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2003, de 8 de abril – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal - e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação.

Decreto-Lei n.º 38-B/2001, de 8 de fevereiro – São criadas linhas de crédito especiais com o objetivo de minimizar os danos que, por efeito de condições meteorológicas excecionais, sejam sofridos na atividade comercial, industrial e de serviços.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AO TRANSPORTE DE DOENTES

Portaria 260/2014, de 15 de dezembro – Aprova o regulamento do transporte de doentes.

Lei n.º 14/2013, de 31 de janeiro – Procede à primeira alteração à Lei n.º 12/97, de 21 de maio, que regula a atividade de transporte de doentes por corpos de bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa.

Portaria n.º 1147/2001, de 28 de setembro – Regula o transporte de doentes (com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 1301-A/2002 de 28 de setembro, n.º 402/2007, de 10 de abril, n.º 142-A/2012 de 15 de maio, retificada pela Declaração de Retificação n.º 36/2012, de 13 de junho e n.º 28-A/2015, de 11 de fevereiro).

Decreto-Lei n.º 38/92, de 28 de março – Estabelece as normas básicas de enquadramento da atividade de transporte de doentes efetuado por via terrestre, como atividade complementar da prestação de cuidados de saúde.

LEGISLAÇÃO DIVERSA

LEGISLAÇÃO RELATIVA À REMOÇÃO DE CADÁVERES

Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro – Estabelece o Regime Jurídico de remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres, bem como alguns desses atos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério (alterado pelos Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro e n.º 138/2000, de 13 de julho, pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro e pela Lei n.º 14/2016, de 9 de junho).

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Lei n.º 19/2014, de 14 de abril – Define as Bases da Política de Ambiente.

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro – Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente (alterado pelos Decretos-Lei n.º 47/2014 de 24 de março e n.º 179/2015, de 27 de agosto, pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro).

Decreto-Lei n.º 150/2008, de 30 de julho - Aprova o regulamento do Fundo de Intervenção Ambiental (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho, pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 233/2015, de 13 de outubro).

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho - Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga os Decretos-Lei n.º 264/79, de 1 de agosto, e n.º 19/93, de 23 de janeiro (retificado pela Retificação n.º 53-A/2008, de 22 de setembro e alterado pelos Decretos-Lei n.º 242/2015 de 15 de outubro e n.º 42-A/2016, de 12 de agosto).

Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março - Disciplina o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos.

Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março - Aprova o regulamento de depósitos minerais.

LEGISLAÇÃO RELATIVA A COMUNICAÇÕES

Regulamento n.º 6/2018, de 5 de janeiro - Regulamento relativo ao registo das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas (retificado pela Declaração de Retificação n.º 87/2018, de 31 de janeiro).

Decreto-Lei n.º 1/2017, de 5 de janeiro - Elimina a obrigatoriedade de aprovação dos selos postais pelo Governo e a obrigatoriedade de registo dos utilizadores, passando as estações de serviço rádio pessoal - banda do cidadão a reger-se pelo regime geral das radiocomunicações, constante do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho. Revoga o Decreto-Lei n.º 47/2000, de 24 de março.

Lei n.º 17/2012, de 26 de abril – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional (alterada pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de dezembro e pela Lei n.º 16/2014, de 4 de abril).

Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março - Define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações amador e de amador por satélite, bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum.

Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das comunicações eletrónicas (alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, posteriormente alterada pelas Lei n.º 10/2013, de 28 de janeiro e n.º 42/2013, de 3 de julho, pelo

LEGISLAÇÃO DIVERSA

Decreto-Lei n.º 35/2014, de 7 de março, pelas Leis n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, n.º 127/2015, de 3 de setembro e n.º 15/2016, de 17 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho).

Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho - Estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioelétrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à proteção da exposição a radiações eletromagnéticas e à partilha de infraestruturas de radiocomunicações (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de setembro, e alterado pelas Leis n.º 20/2012, de 14 de maio, e n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro).

Decreto-Lei n.º 47/2000, de 24 de março – Regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão.

Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de novembro – Bases da concessão do serviço postal universal (alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro).

OUTRA LEGISLAÇÃO RELEVANTE

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro – Primeira revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro).

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro – Aprova o Plano Nacional da Água.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) (retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, alterada pelas Leis n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro n.º 84/2015, de 07 de agosto, n.º 18/2016, de 20 de junho, n.º 42/2016, de 28 de dezembro, n.º 25/2017, de 30 de maio, n.º 70/2017, de 14 de agosto e n.º 73/2017, de 16 de agosto).

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), (alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto).

Resolução n.º 16/2014, de 29 de abril – Aprova a 1.ª revisão do Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico e de Tsunamis no Algarve (retificada pela Declaração de Retificação n.º 1139/2014, de 11 de novembro).

Resolução n.º 87/2013, de 11 de dezembro – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil.

Lei n.º 33/96, de 17 de agosto – Lei de Bases da Política Florestal Nacional (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro).

Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro – Aprova o Estatuto das Coletividades de Utilidade Pública, alterado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, introduzindo mecanismos de simplificação administrativa na concessão da declaração de utilidade pública.

OUTROS NORMATIVOS

Diretiva Operacional Nacional n.º 1 - DIOPS - Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro

Diretiva Operacional Nacional n.º 2 - DECIR - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais 2020.

LEGISLAÇÃO DIVERSA

Diretiva Operacional Nacional n.º 3 - NRBQ - Dispositivo Integrado de Operações-Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico

Diretiva Operacional Nacional n.º 4 - DIRACAERO - Dispositivo Integrado de Resposta Acidentes com Aeronaves

Normas de Execução Permanentes (NEP)

Normas Operacionais Permanentes (NOP)

REGISTO DE ATUALIZAÇÕES E EXERCÍCIOS

A lista de controlo de atualizações do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos (PMEPCL) tem como objetivo identificar, de forma expedita para quem a consulta, as alterações que foram introduzidas no Plano (Tabela 1).

A realização de exercícios é uma componente essencial da formação dos vários agentes de proteção civil, possibilitando que estes se familiarizem com os procedimentos a adotar em situações de acidente grave ou catástrofe, o que se traduzirá na otimização da sua rapidez e eficiência face aos mesmos. Por outro lado, os exercícios de emergência constituem uma ferramenta de extrema importância para a avaliação da eficiência da organização operacional prevista no PMEPCCL, permitindo identificar os elementos que necessitam de revisão e aperfeiçoamento. Os exercícios possibilitam, portanto, a adequação em permanência dos meios materiais e humanos aos diferentes tipos de acidentes graves e catástrofes, assim como, das ações de coordenação e comando (Tabela 2). O município de Lagos não tem participado em exercícios nacionais e internacionais, tanto LivEX como CPX.

Tabela 1. Registo de atualizações do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos

VERSÃO	DATA DA ALTERAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATUALIZAÇÃO OU CORREÇÃO	PÁGINA(S) ALTERADA(S)	PÁGINA(S) INSERIDA(S)/ ELIMINADA(S)	DATA DE APROVAÇÃO	AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	-	PMEPC de Lagos	-	-	16-03-2012	CNPC	
02	2021	Revisão do PMEPC de Lagos	-	-	-	-	Resolução n.º 30/2015

Tabela 2. Registo de exercícios do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos

TIPO DE EXERCÍCIO ²	OBJETIVO(S)	DATA	LOCAL	CENÁRIO ³	CONSEQUÊNCIAS ⁴	AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES ENVOLVIDOS	MEIOS E RECURSOS ENVOLVIDOS	EQUIPA DE OBSERVADORES	DATA DA ÚLTIMA REPETIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	PRINCIPAIS CONCLUSÕES ⁵

² Indicar se trata de um exercício Comand Post Exercise (CPX) ou Live Exercise (LivEx)

³ Elemento base no planeamento de emergência – descrição sumária de uma situação hipotética de emergência (ex.: sismo, cheia).

⁴ Consequências humanas, ambientais e económicas causadas pelo cenário proposto (ex.: acidentes viários)

⁵ Indicar os ensinamentos recolhidos para futuras revisões do Plano

Parte I – Enquadramento

Parte II – Execução

Parte III – Inventário, Modelos e Listagens

Anexos

- I. Cartografia de suporte às operações de emergência de proteção civil
- II. Caracterização do Território e Análise de Riscos
- III. Programa de Medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da manutenção da operacionalidade do Plano
- IV. Bibliografia

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais a organização da sociedade se torna complexa, encontrando-se sujeita a riscos de ordem diversa que provocam um maior ou menor grau de perturbação de acordo com a menor ou maior preparação da sociedade face a estes fenómenos.

De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), *“a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”*.

Visando estes objetivos promove-se a elaboração de planos de emergência de proteção civil que definem orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil. Assim, devem permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definir a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência. Estes planos são elaborados de acordo com o disposto na Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), que aprova a diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização dos planos de emergência de proteção civil.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lagos, adiante designado por PMEPC, enquadra-se na tipologia de plano geral, isto é, a sua elaboração destina-se a enfrentar a generalidade das situações de acidente grave ou catástrofe que se admitem para o concelho.

O âmbito territorial do PMEPC é o concelho de Lagos que abrange uma área total de aproximadamente 213,0 km², subdividida administrativamente em 4 freguesias: Luz, Odiáxere, São Gonçalo de Lagos e União das Freguesias de Bensafim e Barão de São João. Localizado no distrito de Faro, o concelho de Lagos encontra-se delimitado a norte pelo concelho de Monchique, a leste pelo concelho de Portimão, a oeste pelo concelho de Vila do Bispo, a noroeste pelo concelho de Aljezur e a sul pelo Oceano Atlântico. Relativamente à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) de nível II e III, o concelho encontra-se inserido na região e na sub-região do Algarve.

Na Figura 1 pode observar-se a localização do concelho de Lagos e respetivas freguesias, assim como o seu enquadramento administrativo na região e em Portugal Continental.

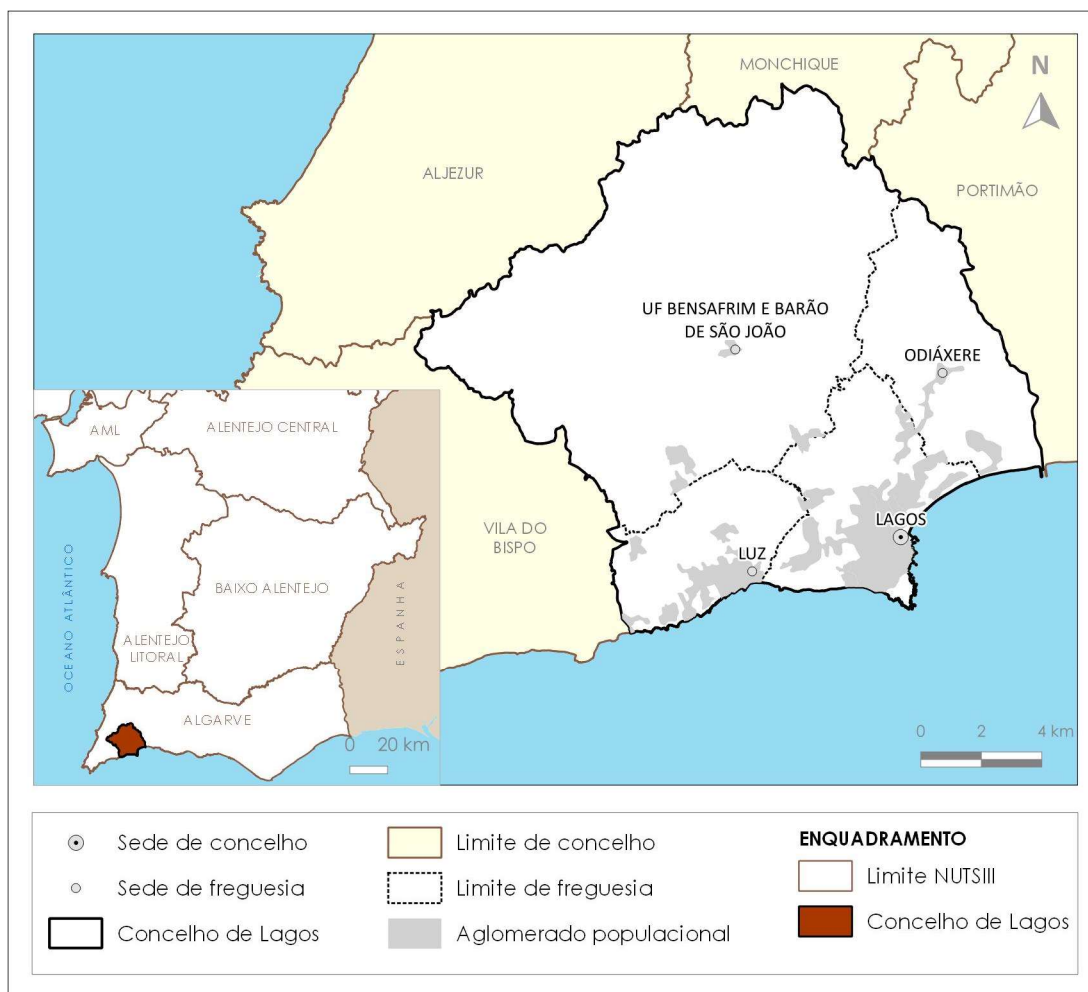


Figura 1. Enquadramento geográfico do concelho de Lagos

Fonte: DGT, 2021.

Nos termos do Artigo 6.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, o Presidente da Câmara Municipal de Lagos é a autoridade municipal de proteção civil. Enquanto responsável municipal da política de proteção civil, **compete ao Presidente da Câmara Municipal de Lagos exercer, entre outras funções, a figura de diretor do PMEPL.** Caso, por algum motivo, o Presidente de Câmara Municipal se encontre impossibilitado de exercer as suas funções, **poderá ser substituído pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal.**

Dos diferentes princípios especiais pelos quais as atividades de proteção civil se devem reger e que o PMEPL adota, merecem especial referência **os princípios de prevenção e precaução**, segundo os quais os riscos devem ser antecipados de forma a eliminar as suas causas ou reduzir as suas consequências, adotando medidas de diminuição de risco inerentes a cada atividade, e **o princípio da unidade de comando**, que determina que **todos os agentes atuam, no plano operacional, articuladamente sob um**

comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.

O PMEPCCL foi elaborado de acordo com as diretivas emanadas pela CNPC (Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio) e seguiu o disposto no artigo 50.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou – Lei de Bases da Proteção Civil. Neste contexto, a organização do PMEPCCL procura refletir as orientações dos normativos supracitados, encontrando-se estruturado da seguinte forma:

Na **Parte I – Enquadramento**, correspondente ao presente documento, apresenta-se o enquadramento geral do Plano, designadamente:

- a) A designação do diretor do plano e seus substitutos;
- b) A finalidade do plano e os objetivos específicos a que pretende responder;
- c) A tipificação dos riscos que incidem na respetiva área territorial;
- d) Os mecanismos e circunstâncias fundamentadoras para a ativação/desativação do plano.

Na **Parte II – Execução**, define-se o modelo de resposta operacional a acidentes graves ou catástrofes, estabelecendo nomeadamente:

- a) A organização geral das operações de proteção civil a efetuar, incluindo a composição e competências das estruturas de direção política, de coordenação política e institucional e de comando operacional;
- b) A definição das responsabilidades dos serviços e agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo;
- c) A estrutura dos meios operacionais a empregar em operações de proteção civil e a definição de critérios relativos à sua mobilização e coordenação;
- d) A identificação e a descrição das características das infraestruturas consideradas sensíveis e ou indispensáveis às operações de proteção civil;
- e) A definição dos mecanismos adequados para assegurar a notificação à autoridade de proteção civil territorialmente competente, aos serviços e agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio;
- f) A definição de medidas e ações a desencadear em cada uma das áreas de intervenção básicas da organização geral das operações.

Na **Parte III – Inventário, Modelos e Listagens**, apresenta-se um conjunto de documentação de apoio à resposta operacional, nomeadamente:

- a) A identificação dos principais recursos (públicos e privados) existentes;

- b) A identificação dos contactos das entidades intervenientes no plano ou que possam apoiar as operações de proteção civil;
- c) Os modelos de relatórios de situação, requisições e comunicados a empregar em operações de proteção civil.

As três partes que compõem o PMEPC são acompanhadas por:

Anexo I – Cartografia de suporte às operações de emergência de proteção civil (de base topográfica);

Anexo II – Caracterização do território e análise de riscos, que inclui a caracterização biofísica, socioeconómica e a análise de riscos do concelho;

Anexo III – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano;

Anexo IV – Bibliografia.

Ao nível da articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território, a elaboração do PMEPC teve em consideração os de âmbito regional, distrital e municipal, dado o cariz municipal do plano.

O PMEPC articula-se com os PMEPC dos concelhos vizinhos (Aljezur – aprovado em 8 de agosto de 2016; Monchique – aprovado em 26 de outubro de 2017; Portimão – aprovado em 6 de agosto de 2013; e Vila do Bispo – aprovado em 12 de novembro de 2018) e com o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Faro, os quais descrevem, nos respetivos níveis territoriais, a atuação das estruturas de proteção civil e referenciam as responsabilidades, o modo de organização e o conceito de operação, bem como a forma de mobilização e coordenação dos meios e recursos indispensáveis na gestão do socorro.

Adicionalmente, o PMEPC articula-se com o Plano Inter-municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos concelhos de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo, com o Plano Diretor Municipal (PDM) de Lagos e, a nível regional, com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve), com o Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PGRH da RH8), com o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PGRI da RH8), com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Burgau-Vilamoura.

Tabela 3. Articulação do PMEPC com os Instrumentos de Gestão Territorial

Pontos de articulação	Instrumentos de Gestão Territorial					
	Âmbito Regional				Âmbito Municipal	
	PROT	PROF	PGRH	PGRI	PDM	PIMDFCI
Tipificação dos riscos	X	X	X	X	X	X
Medidas de prevenção a adotar	X	X	X	X	X	X
Identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe						X
Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competência do domínio da proteção civil				X		
Critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados, utilizáveis						X
Estrutura operacional que vai garantir a unidade de direção e o controlo permanente da situação						X

Legenda:

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território; **PROF** – Programa Regional de Ordenamento Florestal; **PGRH** – Plano de Gestão da Região Hidrográfica; **PGRI** – Plano de Gestão dos Riscos de Inundações; **PDM** – Plano Diretor Municipal; **PIMDFCI** – Plano Inter-municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio.

De acordo com o disposto n.º 12 do Artigo 7.º da Diretiva anexa à Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, o **PMEPCL entra formalmente em vigor, para efeitos de execução, planeamento de tarefas e análise dos meios e recursos existentes, no primeiro dia útil seguinte ao da publicação da deliberação de aprovação no Diário da República.**

Conforme estabelecido pelo n.º 1 e 2 do Artigo 9.º da Diretiva anexa à Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, **deverá ser revisto no prazo máximo de 5 anos após a sua entrada em vigor ou em prazo inferior caso se justifique** a introdução de medidas corretivas para aumentar a funcionalidade do Plano. Os conteúdos relacionados com o inventário de meios e recursos ou com a lista de contactos devem ser atualizados sempre que se justifique ou no prazo máximo de um ano (n.º 1, Art. 10.º da Diretiva anexa à Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio).

Após o PMEPCL estar aprovado deve testar-se a sua operacionalidade através da realização de exercícios de teste com a periodicidade máxima de dois anos e proceder à realização de ações de sensibilização e formação destinadas à população, bem como às entidades e instituições a envolver nas operações de proteção e socorro (n.º 3 e 5, Art. 8.º da Diretiva anexa à Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio).

O PMEPC anterior nunca foi ativado. Este facto faz com que não seja possível analisar a eficiência dos processos e procedimentos nele previstos, assim como a adequabilidade e eficácia dos meios materiais e humanos disponíveis, não sendo, por isso, possível incorporar sugestões de carácter operacional resultantes de situações de acidente grave ou catástrofe.

2. FINALIDADE E OBJETIVOS

Com a elaboração do PMEPCCL **pretende-se clarificar e definir as atribuições e responsabilidades que competem a cada um dos serviços, agentes de proteção civil e organismos ou entidades de apoio, intervenientes em situações de acidente grave ou catástrofe, suscetível de afetar pessoas, bens ou o ambiente.** Um dos principais objetivos tidos em conta na elaboração do PMEPCCL foi a sua adequação às necessidades operacionais do concelho. Neste sentido, procedeu-se a uma recolha criteriosa e rigorosa de informação no âmbito da análise de riscos, a avaliação de meios e recursos disponíveis e a clarificação dos conceitos e procedimentos a adotar.

Por outro lado, com a finalidade de tornar o PMEPCCL um documento estruturante foi dada especial importância às indicações de cariz operacional, garantindo sempre a sua flexibilidade de maneira a se adaptarem à multiplicidade de situações que possam surgir. Paralelamente, a elaboração deste Plano funciona igualmente como um instrumento de apoio à organização, calendarização e definição de objetivos no que se refere a exercícios de proteção civil a realizar.

De acordo com o referido, **o PMEPCCL tem como principais objetivos:**

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências justifique a ativação do PMEPCCL;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;

- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência.

O bom funcionamento do PMEPC e das suas medidas depende da concretização de cada um dos objetivos, pelo que deverá ser alvo constante de melhorias de acordo com a experiência que vai sendo adquirida ao longo da sua vigência.

3. TIPIFICAÇÃO DOS RISCOS

O PMEPC é um plano geral de emergência de proteção civil que, nos termos da lei, visa dar resposta à generalidade dos riscos que são suscetíveis de afetar pessoas, bens ou o ambiente no âmbito territorial e administrativo do concelho de Lagos.

Neste sentido, de acordo com a caracterização do território municipal e a análise de riscos detalhadas no Anexo II, identificam-se na Figura 2 os riscos naturais, tecnológicos e mistos que, potencialmente, poderão ocorrer no concelho de Lagos.



Figura 2. Riscos de origem natural, tecnológica e mista que podem afetar o concelho de Lagos

Fonte: ANPC, 2017.

Tendo em consideração a probabilidade da ocorrência e a potencial gravidade dos riscos anteriormente referidos é possível determinar o grau de risco de cada tipo de ocorrência⁶ e, conseqüentemente, apresentar a hierarquização dos riscos que podem afetar o território concelhio (Tabela 4).

Tabela 4. Hierarquização dos riscos no concelho de Lagos

		GRAU DE GRAVIDADE				
		RESIDUAL	REDUZIDO	MODERADO	ACENTUADO	CRÍTICO
GRAU DE PROBABILIDADE	ELEVADO	Ondas de frio	Cheias&In	Ondas de calor Secas	CiIT	
	MÉDIO-ALTO				IncRurais	
	MÉDIO		GalgCost ECPraias AcRodov	EcArribas TMPterrest AcInd IncUrb		
	MÉDIO-BAIXO		ColapsoEst	AcFerrov AcMaritFluv	ColapsoInfr RutBarrag AcECP	Sism
	BAIXO		MovMassa	AcAéreos		Tsun

⁶ A análise dos riscos encontra-se detalhada no Anexo II e segue as orientações do “Guia para a caracterização de risco no âmbito da elaboração de planos de emergência de proteção civil” - Cadernos Técnicos PROCIV #9 da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC, 2009).

4. CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO

4.1 Competência para a ativação do plano

A ativação do PMEPC, em situações de acidente grave ou catástrofe, encontra-se relacionada com a dimensão das consequências (verificadas ou previstas) do acidente grave ou da catástrofe em termos de efeitos graves na saúde, funcionamento e segurança da comunidade, danos elevados em bens e património e de impactes no ambiente que exijam o acionamento de meios públicos e privados adicionais.

A competência para ativar o PMEPC é do presidente da Câmara Municipal de Lagos⁷, a qual assumirá a coordenação institucional das atividades de proteção civil mais urgentes, competindo ao Coordenador Municipal de Proteção Civil (CoordMPC)⁸ acompanhar e assumir a coordenação operacional do mesmo. O CoordMPC poderá ser substituído pelo Assistente Técnico, caso, por algum motivo se encontre impossibilitado de exercer as suas funções. O PMEPC poderá ser igualmente ativado na sequência da declaração da situação de contingência por parte da entidade responsável pela área de proteção civil no seu âmbito territorial⁹, ou na sequência da declaração da situação de calamidade por parte do Governo¹⁰.

No entanto, **em condições excecionais, quando a natureza do acidente grave ou catástrofe assim o justificar, por razões de celeridade do processo, a CMPC poderá reunir com composição reduzida (Presidente da Câmara Municipal de Lagos, CoordMPC, Comandante do Corpo de Bombeiros de Lagos, Comandante do Posto Territorial da GNR de Lagos, Comissário da PSP da Esquadra de Lagos e Capitão do Porto de Lagos), no caso de ser impossível reunir a totalidade dos seus membros, circunstância em que a ativação será sancionada posteriormente pelo plenário da CMPC** (a forma de convocação da CMPC encontra-se descrita no subcapítulo 1.1.2, da Parte II – Execução do PMEPC).

Com a ativação do Plano pretende-se **assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afetos ao PMEPC e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos** previamente definidos. Desta forma, garante-se a criação de condições favoráveis à mobilização rápida, eficiente e coordenada de todos os meios e recursos disponíveis no concelho de Lagos, bem como de outros meios de reforço que sejam considerados essenciais e necessários para fazer face às situações de acidente grave ou catástrofe.

Uma vez assegurada a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente

⁷ Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril o qual procede à segunda alteração da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro.

⁸ Anteriormente designado de Comandante Operacional Municipal (COM).

⁹ Ao abrigo do n.º 3 do artigo 17.º, conjugado com o artigo 16.º da Lei de Bases da Proteção Civil.

¹⁰ Ao abrigo do n.º 4 do artigo 21.º, conjugado com o artigo 19.º da Lei de Bases da Proteção Civil.

grave ou catástrofe, deverá ser **declarada a desativação do Plano pela CMPC**. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respetivos mecanismos de desativação de emergência por todas as entidades envolvidas aquando da ativação do Plano, incluindo as que compõem a CMPC. Assim, cada entidade desenvolve os devidos procedimentos internos com as respetivas equipas e plataformas logísticas para que sejam desativados os procedimentos extraordinários adotados.

A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Faro¹¹ de modo a **comunicar a ativação/desativação do PMEPC**, a agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. De salientar ainda que a ativação/desativação do PMEPC deverá também ser comunicada aos municípios adjacentes (Aljezur, Monchique, Portimão e Vila do Bispo).

A **publicitação da ativação e desativação do PMEPC** será realizada, sempre que possível, pela Câmara Municipal de Lagos (CML), através do seu sítio na internet (<http://www.cm-lagos.pt>), redes sociais (Facebook e Instagram), e pelos vários órgãos de comunicação social, entre outros:

- **Divulgação imediata** - televisão, rádios nacionais e rádios regionais e locais:
 - Rádio Solar FM - 94
 - Rádio Lagoa FM – 99.4/100
 - Sagres FM – 94.6
 - Total FM – 103.1/ 100.4
 - Rádio Fóia FM – 97.1
 - Rádio Costa D'Airo FM – 106.5
 - Alvor FM – 90.1
 - Rádio Gilão FM- 94.8/ 98.4
 - Rádio Horizonte FM – 96.9/106.8
 - Rádio Guadiana FM – 90.5

¹¹ A ser substituído pelo Comando sub-regional de emergência e proteção civil quando a estrutura sub-regional for definida por despacho do membro do Governo responsável pela área da administração interna (artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril).

- **Imprensa escrita** - jornais nacionais e jornais regionais e locais:
 - Correio de Lagos
 - Barlavento
 - Jornal de Monchique
 - Correio da Manhã
 - Terra Ruiva
 - Jornal do Algarve

- **Sítios da internet:**
 - Câmara Municipal de Lagos- <http://www.cm-lagos.pt/>
 - Junta de Freguesia da Luz - <http://www.freguesia-luz.pt/>
 - Junta de Freguesia de Odiáxere- <http://www.freguesiadeodioxere.pt/>
 - Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos - <http://www.jfsgoncalolagos.pt/>
 - União de Freguesias Bensafrim e Barão de São João - <http://ufbensafrimbaraosjoao.pt/>

- **Outros meios de comunicação:**
 - Algarve Express
 - Sul Informação
 - Diário online – Região Sul
 - A Voz do Algarve
 - Algarve Primeiro

4.2 Critérios para a ativação do plano

O PMEPC é ativado face à iminência ou ocorrência de uma situação de acidente grave, catástrofe ou calamidade da qual se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adoção imediata de medidas excecionais de prevenção, informação e planeamento.

No concelho de Lagos considera-se que o PMEPC deverá ser ativado sempre que se verifique a iminência do território concelhio ser afetado por acidente grave, catástrofe ou calamidade ou quando ocorra um dos seguintes critérios:

- Efeitos significativos na população, não cumulativos, provocando:
 - ≥ 5 mortos;
 - ≥ 10 feridos graves;
 - ≥ 10 desalojados;
 - ≥ 5 desaparecidos;
 - ≥ 10 isolados.
- Danos totais ou parciais em 10 habitações que inviabilizem a sua utilização a curto prazo;
- Danos totais ou parciais em edifícios públicos que inviabilizem a sua utilização a curto prazo, nomeadamente em escolas, centros de saúde e outros edifícios indispensáveis às operações de proteção civil;
- Danos totais e irreversíveis em edifícios e/ou património classificado, que exijam medidas excecionais;
- Danos nos serviços e infraestruturas, com a suspensão do fornecimento de água, energias ou telecomunicações com duração superior a 12 horas;
- Danos totais ou parciais na rede rodoviária fundamental do concelho;
- Incêndios rurais que coloquem em risco habitações e que obriguem à evacuação de populações;
- Incêndios rurais com uma duração superior a 12 horas;

- Incêndios rurais com uma extensão superior a 100 hectares;
- Descargas de matérias perigosas em aquíferos ou no solo que ponham em causa o ambiente e/ou recursos essenciais;
- Libertação de matérias perigosas para a atmosfera;
- Onda de calor prolongada que provoque graves situações de seca;
- Evento sísmico de magnitude significativa e que provoque danos consideráveis.

A definição destes critérios não impede que o PMEPC possa ser ativado noutras circunstâncias, de acordo com a potencial ocorrência de acidente grave, catástrofe ou calamidade, podendo o Presidente da CM declarar a situação de alerta de âmbito municipal, de modo a reunir a CMPC e averiguar a necessidade de se ativar o PMEPC. A convocação da CMPC para decisão quanto à ativação do Plano poderá ser realizada sem que tenha sido declarada a situação de alerta de âmbito municipal.